



MINISTÉRIO DA DEFESA
GABINETE DO MINISTRO
Esplanada dos Ministérios – Bloco “Q” – 9º andar
70049-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3312-8707 – ministro@defesa.gov.br

OFÍCIO Nº 2058/GM-MD

Brasília, na data de assinatura.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Edifício Principal, Térreo, Ala A, Sala 27 - Câmara dos Deputados
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 3119/2023.

Senhor Primeiro-Secretário,

Sobre o assunto em epígrafe e em resposta ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 526, de 22 de dezembro de 2023, encaminho a Vossa Excelência o Despacho nº 95/EMCFA-MD, de 25 de janeiro de 2024, elaborado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, deste Ministério.

Coloco-me à disposição para os esclarecimentos adicionais que Vossa Excelência reputar necessários.

Atenciosamente,

JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO
Ministro de Estado da Defesa



Documento assinado eletronicamente por **José Mucio Monteiro Filho, Ministro(a) de Estado da Defesa**, em 29/01/2024, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6865166** e o código CRC **3E289A21**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://p.882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/Oficio_6865166.html

GABINETE DO MINISTRO/GM
NUP Nº60011.000002/2024-87

2383830





MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

Despacho nº 95/EMCFA-MD

Processo nº 60011.000002/2024-87

Ao Senhor Chefe da Assessoria Especial de Relações Institucionais (AERI)

Assunto: Requerimento de Informação nº 3119/2023.

1. Em atenção ao Despacho nº 4/AERI/GM-MD, de 03 de janeiro de 2024 (6815926), encaminho a resposta deste Estado-Maior Conjunto, para apreciação e ações decorrentes:

1. Há risco de haver um conflito armado na região entre os países mencionados? Se positivo qual o grau desse risco? Em havendo risco, quais ações foram e/ou estão sendo e/ou serão tomadas, quanto à esta possibilidade?

O contencioso entre a Venezuela e a Guiana, referente a região de Essequibo, caminha para uma solução pacífica, por meio dos canais diplomáticos, privilegiando a paz e o diálogo na solução de conflitos, como rege a tradição diplomática brasileira de solução de controvérsias.

A reunião entre os presidentes da Venezuela, Nicolás Maduro, e da Guiana, Irfaan Ali, no dia 14 de dezembro, na ilha caribenha de São Vicente e Granadinas, levou à assinatura da DECLARAÇÃO CONJUNTA DE ARGYLE PELO DIÁLOGO E PAZ ENTRE GUIANA E VENEZUELA (tradução nossa), na qual os dois países se comprometem a não usar a força – direta ou indiretamente – em nenhuma circunstância. O documento deixa claro que a controvérsia sobre a atual fronteira entre os dois países não poderá ser motivo para agressões mútuas.

Guiana e Venezuela se comprometem, ainda, que irão se abster de intensificar – por palavras ou ações – qualquer conflito ou desacordo entre elas e que qualquer incidente eventual entre os dois Estados será imediatamente levado à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), à Comunidade Caribenha (Caricom) e ao presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, para que seja contido e revertido e que tenha sua recorrência prevenida.

1.1) As Forças Armadas estão posicionadas estrategicamente e em estado de permanente prontidão, a fim de cumprir suas respectivas missões constitucionais de garantir a soberania do território nacional.

No contexto da questão de Essequibo, por meio da atividade de Inteligência de Defesa, busca-se a captura da realidade e a constante identificação das ameaças, a fim de produzir conhecimentos que possam orientar o emprego do Poder Militar e garantir a consciência situacional nos níveis estratégico, operacional e tático. Assim, na busca de informações apuradas, estão sendo empregadas diversas fontes.

A manutenção da integridade do território e a defesa do patrimônio da Amazônia brasileira e das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) são prioritários para a Inteligência



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

p. 882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/Despacho_6857922.html

de Defesa, na produção e difusão de conhecimentos que orientem a mobilidade e a presença das Forças Armadas nessas áreas. Nesse contexto, pode-se observar que o Exército Brasileiro movimentou tropas e meios para o Estado de Roraima.

Assim, verifica-se que o Ministério da Defesa acompanha as ações e movimentações das Forças Armadas da Venezuela e da Guiana e não foram observadas movimentações anormais de tropas de ambos países nas proximidades das nossas fronteiras.

2. Em havendo invasão das fronteiras do estado da Guiana pelo estado Venezuelano, existe, na visão deste Ministério, risco de qualquer tipo, aos cidadãos brasileiros dentro do território brasileiro?

Em se tratando de uma hipótese de conflito, sempre há risco para os civis. Entretanto, busca-se sempre impedir que um conflito escale a nível de combate nas proximidades de áreas povoadas.

3. Quais ações foram, estão sendo e/ou serão tomadas em caso de invasão do estado da Venezuela ao estado da Guiana para resguardar, proteger, e evitar danos à população que ocupa as regiões fronteiriças?

As Forças Armadas estão posicionadas estrategicamente e em estado de permanente prontidão, a fim de cumprir suas respectivas missões constitucionais de garantir a soberania do território nacional.

A ideia de reforçar as guarnições em Roraima, transformando o atual Esquadrão de Cavalaria Mecanizado em Regimento de Cavalaria Mecanizada, já estava prevista, uma vez que a região apresenta diversos problemas, como a ocupação ilegal de reservas indígenas, garimpo ilegal, crimes transnacionais, dentre outros.

4. Há risco, como se tem noticiado na imprensa, do estado da Venezuela adentrar ao território brasileiro sem autorização, como forma de passagem até chegar à região da Guiana Essequiba?

Sempre há risco, embora de baixa possibilidade. Entretanto, o reforço de pessoal e material do Exército na região, além do permanente estado de prontidão das Forças Armadas, constituem importante fator de dissuasão.

5. O Poder Executivo tem tomado medidas para evitar a possível passagem de tropas estrangeiras pelo território brasileiro? Em caso positivo, especificar que detalhadamente que medidas são essas.

Sim. Por meio dos canais diplomáticos, o Poder Executivo privilegia a paz e o diálogo como forma de solucionar a contenda entre a Venezuela e a Guiana, como rege a tradição diplomática brasileira de solução de controvérsias.

Após a assinatura da DECLARAÇÃO CONJUNTA DE ARGYLE PELO DIÁLOGO E PAZ ENTRE GUIANA E VENEZUELA (tradução nossa), os dois países se comprometeram a não usar a força – direta ou indiretamente – em nenhuma circunstância; e que irão se abster de intensificar – por palavras ou ações – qualquer conflito ou desacordo entre elas. Assim, a tendência é a redução das ameaças por parte da Venezuela, o que distende a crise e leva a uma solução pautada no diálogo.

6. Como o Ministério da Defesa tem coordenado as ações conjuntas entre as Forças Armadas, órgãos de segurança pública e demais entidades envolvidas na defesa da fronteira, especialmente no que se refere ao combate à uma possível invasão por agentes de outro estado?



Conforme previsto na Constituição e no Decreto-Lei nº 3.864/41, as Forças Armadas brasileiras estão prontas para preservar as nossas fronteiras e resguardar a integridade territorial brasileira, no caso do transbordamento do incidente diplomático para uma situação de conflito. Nessa última hipótese, as forças militares de segurança pública são consideradas reserva mobilizáveis do Exército. Além disso, existe o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), composto por órgãos que atuam de modo ordenado e integrado que planejam e executam todas as fases da Mobilização e da Desmobilização Nacionais. Os planos de mobilização são periodicamente revistos e aperfeiçoados.

7. Quantos militares e agentes de segurança em geral eram alocados permanentemente na região até novembro de 2023?

O 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esq C Mec), unidade que fornece capacidade de emprego de veículos blindados na fronteira norte, localizado em Boa Vista (RR), tinha o efetivo entre 120 e 200 militares (fonte: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/planejada-desde-2009-implantacao-de-regimento-em-roraima-reforca-presenca-do-exercito-na-fronteira>).

8. Informe a evolução detalhadamente de militares e equipamentos de defesa na região fronteiriça nos últimos dez anos.

A evolução das estruturas de defesa na região está prevista desde 2009. O Plano Estratégico do Exército 2020-2023, documento plurianual de objetivos da Força, consolidado em 2019, previa a evolução do atual Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esq C Mec) para Regimento de Cavalaria Mecanizado (18º R C Mec) em 2025. No entanto, foi efetivado em dezembro de 2023, devido a atual conjuntura geopolítica da fronteira norte.

9. Quantos militares e agentes de segurança em geral estão alocados na região após o crescimento das tensões?

A transformação de Esquadrão para Regimento (18º Regimento de cavalaria Mecanizado (18º R C Mec) abrange uma estrutura três vezes maior (cerca de 600 militares), distribuídos em três esquadrões de Cavalaria e um esquadrão de comando e apoio. Viaturas blindadas deverão ser deslocadas do Sul e do Centro-Oeste do país para Roraima. Entretanto, essa mudança envolve movimento de tropa, transferência de pessoal, distribuição de meios de emprego militar e construção de instalações.

A alocação de militares já está em execução. Meios como as 16 Viaturas Blindadas Multitarefa 4x4 – Guaicurus, foram deslocados para a recém-criada unidade ao longo do mês de dezembro. Esse processo, que já vem ocorrendo há alguns anos e deverá estar concluído em 2025.

No que tange a gerência de emprego de agentes de segurança, cumpre destacar que não é atribuição deste Ministério.

10. O número de militares e agentes de segurança em geral alocados na região é considerado suficiente para proteção das fronteiras em um possível caso de invasão das fronteiras brasileiras por forças estrangeiras?

As Forças Armadas estão posicionadas estrategicamente e em estado de permanente prontidão, a fim de cumprir suas respectivas missões constitucionais de garantir a soberania do território nacional. Cumpre-se um programa de adestramento de pessoal e de aprestamento de meios, para que estejam preparados para alguma eventualidade de emprego.

No que tange a gerência de emprego de agentes de segurança, cumpre destacar que não é atribuição deste Ministério.



11. Quais equipamentos militares e de segurança em geral, tais como equipamentos bélicos, de vigilância e outros, estão alocados na região e/ou a caminho e/ou com previsão de deslocamento para a região?

A Cavalaria Mecanizada é caracterizada por fornecer potência de fogo, proteção blindada, flexibilidade, rapidez, ação de choque e comunicações amplas e flexíveis. Esses atributos estão materializados nas três viaturas blindadas que compõem a espinha dorsal da Cavalaria: o Cascavel, o Guarani e o Guaicuru. As viaturas Cascavel possuem maior potência de fogo e são armas anticarro por excelência. Os Guaranis, por sua vez, podem ser dotados de metralhadoras .50 e canhões, e fornecem proteção blindada para tropas a pé. Já as viaturas Guaicurus podem ser dotadas de metralhadoras e mísseis, fornecendo poder de fogo em missões de reconhecimento.

12. Existe um plano estratégico de patrulhamento e vigilância nas fronteiras com a Venezuela e a Guiana? Em caso positivo, quais são os principais elementos desse plano?

Sim. No contexto da questão de Essequibo, a Inteligência de Defesa busca produzir conhecimentos que possibilitem a identificação dos riscos, ameaças e oportunidades que possam impactar a manutenção da soberania e da integridade territorial. Cabe salientar que consultas e gestões estão sendo realizadas junto à outras estruturas e profissionais especializados em determinadas áreas para garantir o máximo de informação possível.

13. Esclareça especificamente quais são os papéis da Marinha, Força Aérea, Exército e polícias se for o caso, bem como ABIN e outros órgãos de interesse, na proteção específica da região em relação ao possível conflito.

Conforme previsto na Constituição e no Decreto-Lei nº 3.864/41, as Forças Armadas brasileiras estão prontas para preservar as nossas fronteiras e resguardar a integridade territorial brasileira, no caso do transbordamento do incidente diplomático para uma situação de conflito.

No que tange a gerência de emprego de agentes de outros órgãos, cumpre destacar que não é atribuição deste Ministério.

14. No entendimento deste Ministério, o Estado Brasileiro dispõe de recursos humanos e materiais suficientes para rechaçar uma possível invasão de suas fronteiras pelo estado da Venezuela?

Sim. As Forças Armadas estão posicionadas estrategicamente e em estado de permanente prontidão, a fim de cumprir suas respectivas missões constitucionais de garantir a soberania do território nacional. Cumpre-se um programa de adestramento de pessoal e de aprestamento de meios, para que estejam preparados para alguma eventualidade de emprego.

Conforme descrito anteriormente, as guarnições em Roraima foram reforçadas, transformando o atual 12º E C Mec no 18º R C Mec.

Ressalta-se que as necessidades de recursos são sempre vultosas, principalmente em uma região distante e mal atendida em termos de serviços. A eficaz realocação de meios e de pessoal depende das hipóteses de emprego das Forças Armadas, bem como do estudo detalhado dos diversos aspectos geográficos, hidrográficos, sociais, militares e científico-tecnológicos, visando a contribuir para a dissuasão.

15. Em sendo negativo, quais recursos extras se consideram necessários?

Prejudicada em razão da resposta à pergunta 14.



16. Esclareça sobre o entendimento deste Ministério sobre tratados internacionais da região das Américas, sobretudo se há entendimento de compromisso do estado brasileiro em intervir em guerras locais, inclusive com apoio financeiro e militar.

A Constituição Federal (CF) prevê, de forma explícita, que as relações internacionais do Brasil são regidas pelos princípios de não-intervenção, defesa de paz e solução pacífica dos conflitos, dentre outros. Assim, os tratados internacionais assinados pelo Brasil refletem o previsto na CF, a exemplo do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

De acordo com a Política Nacional de Defesa (PND, 2016), o Brasil valoriza e promove a convivência harmônica entre os países, privilegiando a solução pacífica de controvérsias “por meio do diálogo e negociações para a solução de controvérsias entre os Estados”.

17. Como o Ministério da Defesa tem abordado questões relacionadas à segurança cibernética e inteligência militar nas fronteiras, considerando os riscos associados a atividades ilícitas e ameaças à soberania nacional?

Os avanços na área digital e o amplo uso da internet fizeram surgir ameaças com potencial de causar danos físicos e financeiros, gerando instabilidade política e econômica no entorno estratégico. O espaço cibernético, em face das suas características, permite a perpetração de ações ilegais e criminosas com potencial de causar prejuízos a entes públicos e privados. Assim, cresce de importância o domínio no campo cibernético para impedir a ação adversa e difundir a mentalidade de proteção em todos os setores.

Nesse sentido, o Ministério da Defesa tem empregado os seus recursos de Segurança Cibernética e de Inteligência de Defesa no intuito de acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, assessorando o processo decisório no âmbito da Defesa e das Forças Singulares, identificando os riscos e as ameaças no contexto da questão de Essequebo que dificultem ou impeçam a aplicação do Poder Nacional.

18. Como o Ministério tem abordado a questão da migração e refúgio nas fronteiras, considerando os possíveis impactos na segurança e defesa nacional?

Criada em 2018, a Operação Acolhida tem o propósito de garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, bem como na realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil. A ação envolve o Governo Federal, estados, municípios, as Forças Armadas, órgãos do Judiciário, organizações internacionais e mais de 100 organizações da sociedade civil.

As Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) prestam apoio logístico à operação com ações em infraestrutura, transporte, saúde e administração, junto a Agências da ONU e entidades da sociedade civil.

19. Qual é a estratégia para o fortalecimento da infraestrutura militar nas áreas fronteiriças, incluindo a construção e manutenção de bases militares estratégicas?

A implantação do 18º R C Mec integra um planejamento que envolve intervenções e melhorias em outras unidades da região amazônica, como as ampliações do 7º Batalhão de Infantaria de Selva e do 1º Batalhão Logístico de Selva. Segundo o Estado-Maior do Exército (EME), as obras estão em andamento há algum tempo. O reforço da presença do Exército na Amazônia também foi consolidado com a criação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, subordinada ao Comando Militar do Norte.



20. Diante dos desafios atuais e potenciais, quais são as perspectivas do Ministério da Defesa em relação a futuros investimentos e iniciativas para aprimorar a defesa nas fronteiras com a Venezuela e a Guiana?

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008. A END orienta a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença.

O SISFRON é um sistema de sensoriamento e de apoio à decisão, atuando de forma integrada, cujo propósito é fortalecer a presença e a ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, potencializando a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área. O sistema deverá ampliar a capacidade de monitorar as áreas de fronteira e assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre. Deverá, também, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como apoiar prontamente as ações de defesa ou o enfrentamento aos delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais que regem o assunto. As operações podem ser isoladas, em conjunto com as outras Forças Armadas ou, ainda, em ambiente de cooperação interagências, com outros órgãos governamentais.

O SISFRON está alinhado com o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF, criado pelo Decreto N° 8.903, de 16 de novembro de 2016, que reforça a importância das ações de prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão dos delitos transnacionais e ambientais na faixa de fronteira, por meio da atuação integrada dos órgãos de segurança pública, das Forças Armadas, Vigilância Sanitária e da Receita Federal, além de outras agências federais, estaduais e municipais.

Ressalta-se que as necessidades de recursos para defesa de um país com as dimensões do Brasil são sempre vultosas, principalmente nas regiões distantes e mal atendidas em termos de serviços de toda ordem.

Nesse sentido, indo ao encontro dos anseios do Ministério da Defesa, foi apresentada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2023, visando a assegurar a dotação mínima consignada no Orçamento da Defesa e dispor sobre projetos estratégicos para a Defesa. A PEC 55/2023 tem o propósito de aumentar o percentual do PIB para as ações e serviços relativos à Defesa Nacional que, caso aprovada, contribuirá sobremaneira para à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, de acordo com o artigo 142 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Brasília, na data de assinatura.

ANDRÉ LUIZ DE ANDRADE FELIX

Vice-Almirante

Chefe do Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz de Andrade Felix, Chefe de Gabinete**, em 25/01/2024, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

p.882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/Despacho_6857922.html



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6857922** e o código CRC **8B3407B8**.

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS/EMCFA
NUP Nº60011.000002/2024-87



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[/p_882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/Despacho_6857922.html](http://p_882650/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/7TA0HITJ/Despacho_6857922.html)